

SUMÁRIO

PREFÁCIO – NELSON NERY JUNIOR	11
APRESENTAÇÃO – ELA WIECKO V. DE CASTILHO	13
APRESENTAÇÃO DA OBRA PELO AUTOR.....	15
ABREVIATURAS.....	23
INTRODUÇÃO	25

PRIMEIRA PARTE

PREMISSAS TEÓRICAS PARA A CONTEXTUALIZAÇÃO DAS TÉCNICAS EXTRAPROCESSUAIS DE TUTELA COLETIVA

1. A TUTELA DOS DIREITOS E INTERESSES COLETIVOS E A SOCIEDADE COMPLEXA (PÓS)MODERNA	41
1.1 Do Estado de Direito à globalização: os desafios da atual complexidade social.....	41
1.2 Modernidade x Pós-modernidade, a emergência de um novo paradigma jurídico e a função do direito no século XXI: equilíbrio entre a passividade liberal e a pretensão onipotente de transformação social	46
1.3 O caso brasileiro: modernidade tardia e diferenciais negativos e positivos para a efetividade da tutela coletiva no novo contexto paradigmático	64
1.4 A acentuada litigiosidade brasileira e os contributos das técnicas extraprocessuais para a inserção da tutela coletiva brasileira no paradigma jurídico emergente	83
2. TUTELA COLETIVA, ACESSO À JUSTIÇA E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO	93
2.1 A garantia constitucional do acesso à justiça e a “terceira onda” do movimento pela sua implementação: um novo enfoque na garantia da efetividade.....	93
2.2 Estado Democrático de Direito na Constituição Federal de 1988 e tutela coletiva: participação e efetividade na implementação dos direitos ...	106
2.3 Estado Democrático de Direito como um dos princípios fundamentais do sistema jurídico brasileiro: reflexos hermenêuticos	112

3.	A CONCRETIZAÇÃO E CRIAÇÃO DO DIREITO PELAS TÉCNICAS EXTRAPROCESSUAIS EM TUTELA COLETIVA: POSSIBILIDADE, LEGITIMIDADE, CONDICIONANTES E LIMITES.....	116
3.1	Da possibilidade de concretização e criação do direito fora do processo judicial	118
3.2	Legitimidade da concretização e da criação extraprocessual em tutela coletiva: o consenso com o responsável pela lesão ou ameaça aos direitos e a satisfação de uma pretensão de correção por meio da argumentação jurídica racional à luz do ordenamento vigente	134
3.3	Limites das técnicas extraprocessuais de tutela coletiva na concretização e criação do direito.....	157
3.3.1	Impossibilidade da execução forçada dos instrumentos extraprocessuais de concretização e criação do direito sem o recurso à via judicial.....	158
3.3.2	A indisponibilidade quanto ao conteúdo positivado dos direitos e interesses coletivos pelos legitimados a defendê-los e a impossibilidade de afastar leis por inconstitucionalidade	160
3.3.3	Da possibilidade de revisão judicial das soluções obtidas extraprocessualmente (ou de sua não definitividade) e do respectivo interesse de agir	168
3.3.4	Restrições de eficácia em face das lides individuais	176

SEGUNDA PARTE

AS PECULIARIDADES DA TUTELA COLETIVA
E AS DIFICULDADES DO PROCESSO JUDICIAL
PARA ASSEGURAR SUA EFETIVIDADE

4.	PECULIARIDADES DA TUTELA COLETIVA.....	185
4.1	A amplitude da tutela coletiva e as interfaces do direito ante a economia, a política e a ciência: o papel dos instrumentos extraprocessuais como “acoplamentos estruturais” entre esses sistemas sociais	185
4.2	Principais características distintivas da tutela coletiva ante a individual	198
4.2.1	As soluções jurídicas para superação dos obstáculos ao acesso à justiça sob a perspectiva coletiva: legitimidade coletiva, extensão dos efeitos das decisões e técnicas extraprocessuais	199
4.2.2	Acentuada interdisciplinaridade	216
4.2.3	Natureza política da tutela coletiva, pluralidade dos interesses em disputa e justiciabilidade das políticas públicas	217
4.2.4	Complexidade das medidas necessárias à implementação	224
4.2.5	Perfil dos principais responsáveis pelas lesões e ameaças aos direitos e interesses coletivos.....	228

5.	DIFICULDADES DO PROCESSO JUDICIAL PARA ASSEGURAR EFETIVIDADE À TUTELA COLETIVA	231
5.1	Limitações do processo judicial como instrumento de tutela coletiva e a contribuição das técnicas extraprocessuais	231
5.1.1	O tempo e o custo do processo judicial	236
5.1.2	As restrições a que os indivíduos atingidos e terceiros interessados atuem como sujeitos do processo (e da solução jurídica que nele se constrói) e os riscos de sua inviabilização advindos dessa atuação	243
5.1.3	As limitações do processo judicial ante a interdisciplinaridade: o procedimento das perícias	249
5.1.4	As resistências ao questionamento judicial de políticas públicas e de atos discricionários	254
5.1.5	Dos limites para a criação do direito fora do consenso	257
5.1.6	As desvantagens da decisão por um terceiro imparcial (o juiz) diante de questões de acentuadas conflituosidade e complexidade fática	258
5.2	Informalidade e consenso nas técnicas extraprocessuais <i>versus</i> a formalidade do processo judicial e as dificuldades por ela geradas para a construção do consenso	260

TERCEIRA PARTE

AS TÉCNICAS EXTRAPROCESSUAIS E A EFETIVIDADE DA TUTELA COLETIVA NO DIREITO BRASILEIRO

6.	PERSPECTIVA E PRINCÍPIOS DA TUTELA EXTRAPROCESSUAL COLETIVA: O FOCO NA EFETIVIDADE	269
6.1	Dos “Mecanismos Extrajudiciais de Solução de Conflitos” às “Técnicas Extraprocessuais voltadas à efetividade da tutela coletiva”: uma importante mudança de perspectiva	269
6.2	Princípios gerais informadores da tutela extraprocessual coletiva	274
6.2.1	Do princípio da máxima efetividade possível	276
6.2.2	Do princípio da participação	283
6.2.3	Do princípio da criação e concretização dos direitos e interesses coletivos pela construção argumentativa do consenso	287
6.2.4	Do princípio da mínima formalidade necessária	291
6.2.5	Do princípio da complementaridade entre as técnicas extraprocessuais e processuais	293
7.	AS TÉCNICAS EXTRAPROCESSUAIS DE INFORMAÇÃO DA TUTELA COLETIVA NO DIREITO BRASILEIRO	295
7.1	O inquérito civil e os procedimentos correlatos	296
7.1.1	Previsão legal, natureza e regime jurídicos	296

7.1.2	Alcance do poder requisitório e valor da prova produzida	302
7.1.3	Principais contribuições para a efetividade da tutela coletiva..	304
7.2	Requerimento de certidões e informações	308
7.2.1	Previsão legal, natureza e regime jurídicos	308
7.2.2	Principais contribuições para a efetividade da tutela coletiva..	317
7.3	Audiência Pública	318
7.3.1	Previsão legal, natureza e regime jurídicos	318
7.3.2	Participação: acessibilidade e legitimidade (social)	334
7.3.3	Informalidade x máxima efetividade	336
7.3.4	Principais contribuições para a efetividade da tutela coletiva .	338
8.	AS TÉCNICAS EXTRAPROCESSUAIS DE CRIAÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO DA TUTELA COLETIVA NO DIREITO BRASILEIRO	341
8.1	Consideração preliminar: da necessidade de segurança jurídica	341
8.2	Recomendação	343
8.2.1	Previsão legal, natureza e regime jurídicos	343
8.2.2	A função essencial da fundamentação	357
8.2.3	Vinculação do Ministério Público à recomendação validamente expedida, princípio da proibição de comportamento contraditório e segurança jurídica do instrumento	359
8.2.4	Da amplitude de objeto da recomendação e das principais contribuições para a efetividade da tutela coletiva	367
8.3	Compromisso de Ajustamento de Conduta	375
8.3.1	Previsão legal, natureza e regime jurídicos	375
8.3.2	Negociação em tutela coletiva e a indisponibilidade dos direitos pelos legitimados	399
8.3.3	Possibilidade de correção judicial provocada pelo mesmo ou por outro legitimado coletivo e a segurança jurídica oferecida pelo TAC	403
8.3.4	Principais contribuições para a efetividade da tutela coletiva .	413
8.4	Acordo Coletivo firmado por legitimados de natureza privada.....	418
8.4.1	Previsão legal, natureza e regime jurídicos	420
8.4.2	A ação civil pública de homologação e a necessária intervenção do Ministério Público para que o acordo coletivo alcance eficácia de título executivo	425
8.4.3	Possibilidade de revisão judicial da sentença homologatória e segurança jurídica	426
8.4.4	Principais contribuições para a efetividade da tutela coletiva..	429
	CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	433
	BIBLIOGRAFIA	445